

Ata da 1ª reunião da Junta Geral Ordinária do Município de Lagoa, realizada no dia 19 (dezenove) de junho do ano de 2007 (deis mil e sete).

As dez e seis horas do dia 19 (dezenove) de junho do ano de 2007 (deis mil e sete) sob a presidência do Vereador deus Geraldo Lima de Quevedo e com a participação do Primeiro Secretário "ad hoc" pelo Vereador Luís Aquino de Carvalho, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Lagoa. Após a leitura e aprovação do processo verbal da reunião anterior, responderam ao chamado regimental os seguintes Vereadores: Luís Silva do Rocha, Luís Lima de Aguiar, Alexandre Luís Sant'Anna, Alfredo Luiz Paes de Carvalho, Amaury Valério Thomas, Sérgio Lúcio do Nascimento, Paulo Henrique Corio de Sant'Anna, e Jacy Rodrigues da Silva. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberto o presente, passou em nome de Deus. E requer, para lido e aprovado as seguintes atas: Ata da 1ª reunião da Junta Geral Ordinária do Município de Lagoa, realizada no dia 19 (dezenove) de junho do ano de 2007 (deis mil e sete). E requer, o Senhor Presidente, após o cumprimento do voto regimental, redirecionar ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que contém do seguinte: Processo 005/2007 - Edital do Poder do Estado nº 24 assunto: Relatório e parecer prévio favorável com ressalvas e determinações sobre os pontos de gestão do chefe do Poder Executivo, bem como o relatório e o parecer prévio favorável sobre os pontos de gestão do chefe do Poder Legislativo, referentes ao exercício de 2004. Processo 006/2007 - Edital Municipal, assunto: Encaminha exemplares dos resultados da prestação de contas aprovada pelo Poder Legislativo, com os anexos, para lido e aprovado no termo do Art. 42 da Lei Orgânica Municipal, de nº 2.017 de 2004. Processo 007/2007 - Edital Municipal - Encargamento nº 39/2007 - Projeto de Lei nº 064/2007, assunto: Autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio social à Associação de Beneficentes e Amigos do Bairro Quilombo, no âmbito que menciona. Processo 008/2007 - Edital Municipal - Encargamento nº 40/2007 - Projeto de Lei nº 065/2007, assunto: Autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio social a entidade Reginal - Projeto Gessuel Bianchi, no

valor que menciona; Ofício LARRE - nº 57/2007 - Prefeito Municipal - Bixoragem nº 411/2007 - Projeto de Lei nº 061/2007, assunto: Autoriza o Poder Executivo a reafirmar o valor da remuneração dos juizes gráficos dos que menciona; Projeto de Lei nº 063/2007 - Vereador Alexandre de Almeida, assunto: Autoriza o Poder Executivo a emitir o livro de estatística na Secretaria do Executivo Municipal de Saúde; Requerimento nº 071/2007 - Vereador Alípio do Luiz Vaqueiro Gonçalves, assunto: Requer envio de Ofício ao Excmº Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, solicitando tomada de providências para implementação da "delegação legal", com um núcleo especial de atendimento a mulher no Município de Lobo Góio; Requerimento nº 073/2007 - Vereador Alfredo Luiz Vaqueiro Gonçalves, assunto: Requer a troca de local de trabalho ao Congl da vida; Requerimento nº 074/2007 - Vereador Jairo dos Santos Mendes, assunto: Requer envio de expediente ao DEBHS - Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Rio de Janeiro solicitando a interdição do ponto sobre o Rio São João, para convênios e caminhos assim da capacidade máxima permitida e semprecessos de danos existentes; Indicação nº 068/2007 - Vereador Alfredo Luiz Vaqueiro Gonçalves, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a implantação de regulatório de velocidade na Rua Inglaterra, nas medições do Rio Antônio e Rua Portugal no Bairro Jardim Ruizero; Indicação nº 069/2007 - Vereador Alfredo Luiz Vaqueiro Gonçalves, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a construção e implantação de centro de informática, com disponibilidade de cursos básicos e avançados e acesso a internet, no 2º distrito; Indicação nº 069/2007 - Vereador Alfredo Luiz Vaqueiro Gonçalves, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a construção e implantação de centro de informática, com disponibilidade de cursos básicos e avançados e acesso a internet, no Bairro Jardim Esperança; Indicação nº 070/2007 - Vereador Alfredo Luiz Vaqueiro Gonçalves, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a construção e implantação de centro de informática, com disponibilidade de cursos básicos e avançados e acesso a internet, no Bairro Jardim Ruizero; Indicação nº 071/2007 - Vereador Alfredo Luiz Vaqueiro Gonçalves, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a construção e implantação de centro de informática, com disponibilidade de cursos básicos e avançados e acesso a internet, no Bairro São Antônio; Indicação nº 072/2007 - Vereador Alfredo Luiz Vaqueiro Gonçalves, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a implantação de mesas para jogos de inteligência na Praça do Bairro Jardim Ruizero; Indicação nº 073/2007 - Vereador Al.

6
pelo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: habeas ao Exm. Senhor Vereador Municipal
e reforma da placa Oswaldo Rodrigues, localizada no Ponto de Cabo Frio; Indica-
ção nº 074/2007 - Vereador Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: habeas ao Exm.
Senhor Vereador Municipal e reforma e pavimentação da Rua Suco no Primo
Jardim Lacerda, firmado a leitura do Expediente, o Senhor Presidente frangeu
a Tribuna aos Doutores, imortal Deputado a Tribuna como primeiro Coordenador
ento, o Vereador Fábio do Santo Bentes, que inicialmente repater-se ao dolo
harmônico da sessão anterior quando ocorreu a discussão e aprovação de Re-
querimento de sua autoria contra ato do Coordenador de Segurança Pública
de Cabo Frio, no sentido de sustar uma manifestação pública dos profissionais
de educação. Diz que isso tinha havido algum erro, havia a neces-
sidade de uma repressão, no entanto estava certo de que não havia erro
basta, mas pediu a repressão para quem intendia o contrário. Diz que no
Blog do jornal O Leomento, por publicação nota com publicação do Conselho
de Segurança do Município ao ato de repressão contra a manifesta-
ção, onde o mesmo destacou que ao contrário do que praticaram um ato
de repressão, no dia de 10 de Junho de 2007 e foram devidamente autorizados pelo
deputado público, a manifestação dos professores havia dentro das normas,
um representante do poder legislativo, com a clara intenção de pro-
por contramandatos, desrespeitando os preceitos e o procedimento do ato de
repressão. Diz que tais atitudes configuraram a impiedade imbuída
naquele no comando da Guarda Municipal de Cabo Frio, pois que a mani-
festação tratava de uma manifestação dos indivíduos dos professores, como
representante do poder público, na verdade eram dois, o Presi-
dente da Câmara Municipal de Cabo Frio e ele, Vereador Fábio do Santo Bentes,
ambos com suas famílias apreciavam os fatos de Corpos Cívicos
e receberam panfletos de manifestantes, como todos os outros. Diz ainda
que a nota caracterizava um desmancho de algum que deveria estar
habitado a atos brutais e posturas antidemocráticas. A seguir, con-
ta sobre um Senhor que o procurou no dia anterior denunciando que
seu carro fora preso, apesar de estar com a documentação em dia. Diz
que tal Senhor afirmou que ao sair do trabalho deu carona a um amigo
e ao ser abordado pela Guarda Municipal, não podendo comprovar pa-
rte com o mesmo, levou seu carro apreendido e foi acusado de

estar fazendo lotação. Enfatizou, que estes semelhantes aconteciam diariamente no
 fim, estava organizando documentação para encaminhar ao Ministério Públi-
 co em virtude do império da segurança pública que temha abarço contra o ada-
 dui no município. Continuando disse haver soldados da Polícia Militar lotados
 em diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro, que também prestavam serviços
 a Guarda Municipal, e como não podiam combater na falta de pagamento viam
 nos pagamentos através de "laranjeira" disse, que tinha visto pelos integrantes
 da Guarda e da Polícia Militar que não faziam parte da organização que planejava
 a emboscada, que vinha a segurança pública abrangendo o cidadão. Disse en-
 tão, que ali mesmo o Ministério Público Federal seria acusado, em decorrência
 de haver informantes de que os soldados que estavam a disposição da Guarda Mu-
 nicipal faziam uso de armas e a Guarda Municipal não tinha autorização para
 utilizar armas. Assim, era inadmissível a permanência para que houvesse agrão
 ao direito de ir e vir e ao cidadão. Perguntado, falou de visita a Escola Edith
 Castro no Segundo Distrito, quando com futura denúncias de pais de alunos, de
 biblioteca sem plantas há mais de dois anos e escola com defeito alagando
 a escola quando chovia, e mais, a informatização prometida ainda não estava
 disponível e a escola possuía apenas um computador. Disse que a quadra de
 esportes daquela escola onde tinha sido feito o evento mil reais na re-
 forma, ainda não tinha a tabela de basquete e o piso colocado já estava em
 mau estado assim como a iluminação que não funcionava, disse, que os 420
 alunos da Escola Edith Castro não podiam continuar naquela situação, uma
 vez que a época dos exames se aproximavam. Agradeceu a atenção de todos
 e reafirmou seu compromisso com o povo. O requerente afirmou que quanto a
 nota do Prof. de Segurança Pública Municipal, de início alegava que a Igreja
 Pública se encontra leuada pela municipalidade do setor e que por isso controlado
 por um funcionário da Secretaria Municipal e por fim, tentava impingir
 culpas ao representante do Poder legislativo, o que era lamentável, no que en-
 treou sua fala. O requerente ocupou a tribuna o vereador Amunil Salino Bo-
 nuz Júnior, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos os
 presentes. O requerente disse que na próxima quinta-feira viria a inaugurar o local
 de Afluência ao home de futsal de Cabano, assinada por todos os vereadores
 continuando, falou de sua postura política, destacando que através de sua profis-
 são aprendeu a conhecer determinados tipos de pessoas. Falou sobre sua profis-
 são

ma de rádio, quando na semana anterior levava ao ar uma senhora do partido
com registro político, que teria dado sacaques para um bebê de dois meses.
Disse que havia no programa psicólogos, terapeutas e representantes de diversos
segmentos sociais, que em debate acerca do assunto, ele próprio alegava
que o estado deveria oferecer encaminhamento e um tratamento e sua inten-
ção era todo o tempo ajudar. A seguir, disse ter tomado conhecimento de que
havia políticos envolvendo a família daquela senhora a processo, im-
putando-lhe cobranças sobre o tema no programa. Disse que isso por vir de
de, havia a necessidade de que fosse melhorado o nível dos políticos
da Assembleia Legislativa, onde ele próprio se envolvia. Disse ser inadequa-
do que houvesse o choro num momento de fragilidade da família
e mais, disse que a política deveria ser a política do respeito. Em apre-
te o virador Fábio Lopes, disse que o discurso do virador Amaral
valia como preocupação, visto o suposto levantado pelo comporta-
mento político de determinados atos. Repetindo a palavra o virador
Amaral disse que não se referia ao virador Fábio, visto que o mes-
mo apesar da discordância política jamais entraria em conflito
pessoal com a política. Ressaltou que estava de um grupo político e não
de um dos vários rivais. Concluindo, disse que estava intervenindo
no lugar do virador Rui Machado, que em breve estaria voltando à
Assembleia Legislativa, mas que não podia deixar de registrar tais colo-
cações daquela honrada tribuna, na qual deveria haver homens dignos
no pedestal sagrado da democracia. Ressaltou a atenção de todos,
destacando que repudiava sem a menor dúvida os que não aprendiam
a ser democratas, no que encerra sua fala. A seguir, ocupou a tri-
buna o virador Alfredo Gonçalves, que após as saudações de apre-
cimentou sobre o caso de Elíza e do Casal da Vida, destacando que
o mesmo enciu de encios os funcionários, bem como todos os que
tinham acesso ao Hospital do Bulter, levando também a todos apan-
do o trabalho cultural junto ao sistema de saúde. Falou ainda, sobre
o requerimento ao Governador do Estado quanto a implantação da
Política Igual e núcleo de atendimento à mulher em Cabo Frio, de-
clarando que o requerimento vinha mostrar ao Governo do Estado,
o apelo da população local e da importância de tal implementação.

no benefício fôreu da precariedade do sistema curricular, enfatizando que isto
 na vista da cooperação do Governo do Estado. Durante a Comunidade do que-
 rim foi observado que o mesmo também recebeu de apoio imediato do Governo
 Sublinhou, que há três anos voluntários ao Governo municipal a construção de
 posto de saúde no que foi abundado quanto a liberdade, mas em que falta de tra-
 mite, pois ainda não foi iniciado a obra, o que prejudicou a população
 residente no local que também não tinha acesso a infra-estrutura básica que
 após seis meses a placa foi sendo colocada, havia a desconformidade de que a obra
 não seria concluída, no que informou sua fala. Não havendo mais assuntos im-
 portantes para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para
 a Ordem do Dia. Nesta etapa, foi aprovada a Lei Especial de Comissão de
 Combate e Defesa no seguintes projetos: Projeto de Lei nº 050/2007 - R. 6 nº
 30/2007 e Projeto de Lei nº 060/2007, sendo a seguir aprovados os Reque-
 rimentos de Urgência nº 072/2007, 076/2007 para que as Comissões téc-
 nicas se reunissem para emitir parecer em conjunto aos projetos de lei estado
 e requer, brevemente encaminhado para a Comissão de Combate e Defesa
 para que o mesmo emitisse parecer em prazo regimental no seguintes Re-
 quis: Ofício 2251556 6149/2007 - Tribunal de Contas do Estado RJ, Projeto de
 Lei nº 064/2007 - R. 6 nº 039/2007, Projeto de Lei nº 062/2007 - R. 6 nº 40/2007
 e Projeto de Lei nº 063/2007. Foi aprovado o requerimento de Urgência nº
 075/2007 para que as Comissões técnicas se reunissem para emitir parecer
 em conjunto aos projetos de Lei nº 061/2007 - R. 6 nº 41/2007. E seguir, foram
 aprovados os requerimentos nº 071/2007, 073/2007 e 074/2007. Foi rejeitado
 por seis votos a dois o requerimento nº 069/2007, aprovados os Indicações
 nº 067/2007, 068/2007, 069/2007, 070/2007, 071/2007, 072/2007, 073/2007 e
 074/2007. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente anunciou a presen-
 te sessão em nome de Deus marcando Sessão Extraordinária para dentro
 de quinze minutos. E para combater, mandou que se lavrasse a presente
 ata, que depois de lida, submetida à aprovação dos membros, e aprovada, seria
 assinada para que produza seus efeitos legais.

Assinado
 R. 6 nº 40/2007